

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
04 de junho de 2016

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, em primeira convocação, nos termos do estatuto da entidade, reuniram-se os docentes da educação superior empregados nas instituições de ensino mantidas pela Associação Pró Ensino em Santa Cruz do Sul – APESC, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR, Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES, União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA, Associação Antônio Vieira – ASAV, Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura – SPAC, Fundação Atila Taborda – FAT, Fundação Universidade de Caxias do Sul – FUCS, Fundação Universidade de Cruz Alta, Fundação Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE, Fundação Regional Integrada – FURI, Fundação Universidade de Passo Fundo, Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, Sociedade Porvir Científico, no Estado do Rio Grande do Sul, excetuados os municípios de Caxias do Sul e Ijuí, no Espaço de Eventos da Sede do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, situada na Avenida João Pessoa, nº 919, Bairro Farroupilha, em Porto Alegre/RS. O professor Amarildo Pedro Cenci, Diretor Titular de Finanças do Colegiado das Diretorias do Sinpro/RS e presidente dos trabalhos, verificou que não fora atingido o quórum estatutário para abertura dos trabalhos, comunicando que os mesmos seriam abertos às 14h em segunda e última convocação. A seguir solicitou que eu, professor Marcos Júlio Fuhr, Diretor Titular de Comunicação Social do Colegiado das Diretorias do Sinpro/RS, secretário dos trabalhos, lavrasse a presente ata. O professor Amarildo Cenci leu o edital de convocação publicado no Jornal Correio do Povo dia 31 de maio de 2016, página 18, informando aos presentes que a assembleia foi divulgada também por *newsletter* enviada aos professores e por Boletim Período Livre específico, enviado aos professores sócios pelo correio e também distribuído aos professores, durante as visitas dos dirigentes do Sindicato aos estabelecimentos de ensino. A seguir, tendo sido a pauta aprovada pelos presentes, deu-se início ao tratamento dos assuntos como se relata a seguir. **1–Avaliação e deliberação sobre a proposta para Acordo Coletivo de Trabalho com as Instituições acima mencionadas.** O professor Amarildo apresentou as cláusulas constantes na pauta de reivindicações, resultado final das rodadas de negociação para apreciação e deliberação dos presentes: **piso salarial, reajuste salarial** e antecipação do 13º salário. Após a apresentação da proposta, o professor Amarildo passou a palavra ao Plenário para manifestações e considerações e registrou a significativa representação de professores das Instituições envolvidas na negociação: URI, Unisinos, IPA, Ucpel, Urcamp, Unicruz, Univates, Unisc, UPF, UCS, Feevale, Unilassale e PUCRS. Houve ampla discussão e manifestação dos presentes, favoráveis a proposta apresentada, avaliado a mesma como razoável e possível diante da atual conjuntura. O professor Marcos falou da dissidência das Instituições Comunitárias que romperam com o Sinepe/RS desde 2014 e que durante este período propuseram aos sindicatos dos trabalhadores negociações específicas; as Instituições alegaram sérias dificuldades operacionais em 2016, principalmente pela irregularidade no repasse do Fies. O professor Marcos concluiu que o acordo com as Instituições Comunitária, não poderia ter um conteúdo diferenciado das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas com o Sinepe/RS uma vez que o sindicato patronal das Comunitárias não existe de direito, que é sim uma iniciativa do movimento sindical, porém, sem reconhecimento e outorga da carta sindical pelo Ministério do Trabalho. Após, o professor Amarildo submeteu aos presentes a votação para aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017 com as Instituições relacionadas no edital, que foi aprovado por unanimidade; na seguinte forma: **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE:** As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2016 a 29 de fevereiro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de março; **CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA:** O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Diferenciada dos Professores, EXCETO a categoria dos Professores Públicos no município de Tavares-RS**, com abrangência territorial em **Aceguá/RS, Água Santa/RS, Agudo/RS, Ajuricaba/RS, Alecrim/RS, Alegrete/RS, Alegria/RS, Almirante Tamandaré do Sul/RS, Alpestre/RS, Alto Alegre/RS, Alto Feliz/RS, Alvorada/RS, Amaral Ferrador/RS, Ametista do**

SINPRO/RS

Sindicato Cidadão

www.sinprors.org.br

Sul/RS, André da Rocha/RS, Anta Gorda/RS, Antônio Prado/RS, Arambaré/RS, Araricá/RS, Aratiba/RS, Arroio do Meio/RS, Arroio do Padre/RS, Arroio do Sal/RS, Arroio do Tigre/RS, Arroio dos Ratos/RS, Arroio Grande/RS, Arvorezinha/RS, Augusto Pestana/RS, Áurea/RS, Bagé/RS, Balneário Pinhal/RS, Barão de Cotegipe/RS, Barão do Triunfo/RS, Barão/RS, Barra do Guarita/RS, Barra do Quaraí/RS, Barra do Ribeiro/RS, Barra do Rio Azul/RS, Barra Funda/RS, Barracão/RS, Barros Cassal/RS, Benjamin Constant do Sul/RS, Bento Gonçalves/RS, Boa Vista das Missões/RS, Boa Vista do Buricá/RS, Boa Vista do Cadeado/RS, Boa Vista do Incra/RS, Boa Vista do Sul/RS, Bom Jesus/RS, Bom Princípio/RS, Bom Progresso/RS, Bom Retiro do Sul/RS, Boqueirão do Leão/RS, Bossoroca/RS, Bozano/RS, Braga/RS, Brochier/RS, Butiá/RS, Caçapava do Sul/RS, Cacequi/RS, Cachoeira do Sul/RS, Cachoeirinha/RS, Cacique Doble/RS, Caibaté/RS, Caiçara/RS, Camaquã/RS, Camargo/RS, Cambará do Sul/RS, Campestre da Serra/RS, Campina das Missões/RS, Campinas do Sul/RS, Campo Bom/RS, Campo Novo/RS, Campos Borges/RS, Candelária/RS, Cândido Godói/RS, Candiota/RS, Canela/RS, Canguçu/RS, Canoas/RS, Canudos do Vale/RS, Capão Bonito do Sul/RS, Capão da Canoa/RS, Capão do Cipó/RS, Capão do Leão/RS, Capela de Santana/RS, Capitão/RS, Capivari do Sul/RS, Caraá/RS, Carazinho/RS, Carlos Barbosa/RS, Carlos Gomes/RS, Casca/RS, Caseiros/RS, Catuípe/RS, Centenário/RS, Cerrito/RS, Cerro Branco/RS, Cerro Grande do Sul/RS, Cerro Grande/RS, Cerro Largo/RS, Chapada/RS, Charqueadas/RS, Charrua/RS, Chiapetta/RS, Chulí/RS, Chuvisca/RS, Cidreira/RS, Ciriaco/RS, Colinas/RS, Colorado/RS, Condor/RS, Constantina/RS, Coqueiro Baixo/RS, Coqueiros do Sul/RS, Coronel Barros/RS, Coronel Bicaco/RS, Coronel Pilar/RS, Cotiporã/RS, Coxilha/RS, Crissiumal/RS, Cristal do Sul/RS, Cristal/RS, Cruz Alta/RS, Cruzaltense/RS, Cruzeiro do Sul/RS, David Canabarro/RS, Derrubadas/RS, Dezesseis de Novembro/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dois Irmãos das Missões/RS, Dois Irmãos/RS, Dois Lajeados/RS, Dom Feliciano/RS, Dom Pedrito/RS, Dom Pedro de Alcântara/RS, Dona Francisca/RS, Doutor Maurício Cardoso/RS, Doutor Ricardo/RS, Eldorado do Sul/RS, Encantado/RS, Encruzilhada do Sul/RS, Engenho Velho/RS, Entre Rios do Sul/RS, Entre-Ijuís/RS, Erebangó/RS, Erechim/RS, Ernestina/RS, Erval Grande/RS, Erval Seco/RS, Esmeralda/RS, Esperança do Sul/RS, Espumoso/RS, Estação/RS, Estância Velha/RS, Esteio/RS, Estrela Velha/RS, Estrela/RS, Eugênio de Castro/RS, Fagundes Varela/RS, Farroupilha/RS, Faxinal do Soturno/RS, Faxinalzinho/RS, Fazenda Vilanova/RS, Feliz/RS, Flores da Cunha/RS, Floriano Peixoto/RS, Fontoura Xavier/RS, Formigueiro/RS, Forquetinha/RS, Fortaleza dos Valos/RS, Frederico Westphalen/RS, Garibaldi/RS, Garruchos/RS, Gaurama/RS, General Câmara/RS, Gentil/RS, Getúlio Vargas/RS, Giruá/RS, Glorinha/RS, Gramado dos Loureiros/RS, Gramado Xavier/RS, Gramado/RS, Gravataí/RS, Guabiju/RS, Guaíba/RS, Guaporé/RS, Guaraní das Missões/RS, Harmonia/RS, Herval/RS, Herveiras/RS, Horizontina/RS, Hulha Negra/RS, Humaitá/RS, Ibarama/RS, Ibiaçá/RS, Ibiraiaras/RS, Ibirapuitã/RS, Ibirubá/RS, Igrejinha/RS, Ilópolis/RS, Imbé/RS, Imigrante/RS, Independência/RS, Inhacorá/RS, Ipê/RS, Ipiranga do Sul/RS, Iraí/RS, Itaara/RS, Itacurubi/RS, Itapuca/RS, Itaqui/RS, Itati/RS, Itatiba do Sul/RS, Ivorá/RS, Ivoti/RS, Jaboticaba/RS, Jacuizinho/RS, Jacutinga/RS, Jaguarão/RS, Jaguarí/RS, Jaquirana/RS, Jari/RS, Jóia/RS, Júlio de Castilhos/RS, Lagoa Bonita do Sul/RS, Lagoa dos Três Cantos/RS, Lagoa Vermelha/RS, Lagoão/RS, Lajeado do Bugre/RS, Lajeado/RS, Lavras do Sul/RS, Liberato Salzano/RS, Lindolfo Collor/RS, Linha Nova/RS, Maçambará/RS, Machadinho/RS, Mampituba/RS, Manoel Viana/RS, Maquiné/RS, Maratá/RS, Marau/RS, Marcelino Ramos/RS, Mariana Pimentel/RS, Mariano Moro/RS, Marques de Souza/RS, Mata/RS, Mato Castelhano/RS, Mato Leitão/RS, Mato Queimado/RS, Maximiliano de Almeida/RS, Minas do Leão/RS, Miraguaí/RS, Montauri/RS, Monte Alegre dos Campos/RS, Monte Belo do Sul/RS, Montenegro/RS, Mormaço/RS, Morrinhos do Sul/RS, Morro Redondo/RS, Morro Reuter/RS, Mostardas/RS, Muçum/RS, Muitos Capões/RS, Muliterno/RS, Não-me-toque/RS, Nicolau Vergueiro/RS, Nonoai/RS, Nova Alvorada/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Nova Boa Vista/RS, Nova Brésia/RS, Nova Candelária/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Hartz/RS, Nova Pádua/RS, Nova Palma/RS, Nova Petrópolis/RS, Nova Prata/RS, Nova Ramada/RS, Nova Roma do Sul/RS, Nova Santa Rita/RS, Novo Barreiro/RS, Novo Cabrais/RS, Novo Hamburgo/RS, Novo Machado/RS, Novo Tiradentes/RS, Novo Xingu/RS, Osório/RS, Paim Filho/RS, Palmares do Sul/RS, Palmeira das Missões/RS,

SINPRO/RS

Sindicato Cidadão

www.sinpro.rs.org.br

Palmitinho/RS, Panambi/RS, Pantano Grande/RS, Parai/RS, Paraíso do Sul/RS, Pareci Novo/RS, Parobé/RS, Passa Sete/RS, Passo do Sobrado/RS, Passo Fundo/RS, Paulo Bento/RS, Paverama/RS, Pedras Altas/RS, Pedro Osório/RS, Pejuçara/RS, Pelotas/RS, Picada Café/RS, Pinhal da Serra/RS, Pinhal Grande/RS, Pinhal/RS, Pinheirinho do Vale/RS, Pinheiro Machado/RS, Pirapó/RS, Piratini/RS, Planalto/RS, Poço das Antas/RS, Pontão/RS, Ponte Preta/RS, Portão/RS, Porto Alegre/RS, Porto Lucena/RS, Porto Mauá/RS, Porto Vera Cruz/RS, Porto Xavier/RS, Pouso Novo/RS, Presidente Lucena/RS, Progresso/RS, Protásio Alves/RS, Putinga/RS, Quaraí/RS, Quatro Irmãos/RS, Quevedos/RS, Quinze de Novembro/RS, Redentora/RS, Relvado/RS, Restinga Seca/RS, Rio dos Índios/RS, Rio Grande/RS, Rio Pardo/RS, Riozinho/RS, Roca Sales/RS, Rodelo Bonito/RS, Rolador/RS, Rolante/RS, Ronda Alta/RS, Rondinha/RS, Roque Gonzales/RS, Rosário do Sul/RS, Sagrada Família/RS, Saldanha Marinho/RS, Salto do Jacuí/RS, Salvador das Missões/RS, Salvador do Sul/RS, Sananduva/RS, Santa Bárbara do Sul/RS, Santa Cecília do Sul/RS, Santa Clara do Sul/RS, Santa Cruz do Sul/RS, Santa Margarida do Sul/RS, Santa Maria do Herval/RS, Santa Maria/RS, Santa Rosa/RS, Santa Tereza/RS, Santa Vitória do Palmar/RS, Santana da Boa Vista/RS, Santana do Livramento/RS, Santiago/RS, Santo Ângelo/RS, Santo Antônio da Patrulha/RS, Santo Antônio das Missões/RS, Santo Antônio do Palma/RS, Santo Antônio do Planalto/RS, Santo Augusto/RS, Santo Cristo/RS, Santo Expedito do Sul/RS, São Borja/RS, São Domingos do Sul/RS, São Francisco de Assis/RS, São Francisco de Paula/RS, São Gabriel/RS, São Jerônimo/RS, São João da Urtiga/RS, São João do Polêsine/RS, São Jorge/RS, São José das Missões/RS, São José do Herval/RS, São José do Hortêncio/RS, São José do Inhacorá/RS, São José do Norte/RS, São José do Ouro/RS, São José do Sul/RS, São José dos Ausentes/RS, São Leopoldo/RS, São Lourenço do Sul/RS, São Luiz Gonzaga/RS, São Marcos/RS, São Martinho da Serra/RS, São Martinho/RS, São Miguel das Missões/RS, São Nicolau/RS, São Paulo das Missões/RS, São Pedro da Serra/RS, São Pedro das Missões/RS, São Pedro do Butiá/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sebastião do Cai/RS, São Sepé/RS, São Valentim do Sul/RS, São Valentim/RS, São Valério do Sul/RS, São Vendelino/RS, São Vicente do Sul/RS, Sapiranga/RS, Sapucaia do Sul/RS, Sarandi/RS, Seberi/RS, Sede Nova/RS, Segredo/RS, Selbach/RS, Senador Salgado Filho/RS, Sentinela do Sul/RS, Serafina Corrêa/RS, Sério/RS, Sertão Santana/RS, Sertão/RS, Sete de Setembro/RS, Severiano de Almeida/RS, Silveira Martins/RS, Sinimbu/RS, Sobradinho/RS, Soledade/RS, Tabai/RS, Tapejara/RS, Tapera/RS, Tapes/RS, Taquara/RS, Taquari/RS, Taquaruçu do Sul/RS, Tavares/RS, Tenente Portela/RS, Terra de Areia/RS, Teutônia/RS, Tio Hugo/RS, Tiradentes do Sul/RS, Toropi/RS, Torres/RS, Tramandaí/RS, Travesseiro/RS, Três Arroios/RS, Três Cachoeiras/RS, Três Coroas/RS, Três de Maio/RS, Três Forquilhas/RS, Três Palmeiras/RS, Três Passos/RS, Trindade do Sul/RS, Triunfo/RS, Tucunduva/RS, Tunas/RS, Tupanci do Sul/RS, Tupanciretã/RS, Tupandi/RS, Tuparendi/RS, Turuçu/RS, Ubiretama/RS, União da Serra/RS, Unistalda/RS, Uruguaiana/RS, Vacaria/RS, Vale do Sol/RS, Vale Real/RS, Vale Verde/RS, Vanini/RS, Venâncio Aires/RS, Vera Cruz/RS, Veranópolis/RS, Vespasiano Correa/RS, Viadutos/RS, Viamão/RS, Vicente Dutra/RS, Victor Graeff/RS, Vila Flores/RS, Vila Lângaro/RS, Vila Maria/RS, Vila Nova do Sul/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Vista Alegre/RS, Vista Gaúcha/RS, Vitória das Missões/RS, Westfalia/RS e Xangri-lá/RS; Disposições Gerais; Outras Disposições: CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL: O piso salarial praticado na Educação Superior, considerando os valores pagos em 1º de março de 2015, será reajustado: a) em 1º de março de 2016 pelo percentual 6% (seis por cento), correspondendo a hora aula a R\$ 30,46 (trinta reais e quarenta e seis centavos); b) em 1º de maio de 2016 será integralizado o percentual de reajuste de 09% (nove por cento), correspondendo a hora aula a R\$ 31,33 (trinta e um reais e trinta e três centavos); c) em 1º de julho de 2016 será integralizado o percentual de reajuste de 11,08% (onze inteiros e oito centésimos de inteiro por cento), correspondendo a hora aula a R\$ 31,92 (trinta e um reais e noventa e dois centavos); Parágrafo Único – O previsto nesta cláusula estabelece o patamar remuneratório mínimo da Educação Superior, não vinculando as demais etapas das tabelas salariais constantes em Planos de Carreira Docente ou Planos de Cargos e Salários, as quais deverão observar tão somente os índices e prazos na Cláusula Quarta do Reajuste Salarial, podendo o empregador fazer o correspondente ajuste na regulação dos respectivos planos; CLÁUSULA QUARTA -

REAJUSTE SALARIAL: O salário dos professores será reajustado, em 1º de março de 2016, mediante aplicação do percentual de 6% (seis por cento) sobre o salário devido em 1º de março de 2015. Parágrafo 1º – Entende-se por salário de março de 2015 aquele resultante da aplicação do índice de reajuste previsto no Acordo Coletivo de Trabalho de 2015, ressalvados eventuais acordos que tenham ensejado aumentos declaradamente sem caráter antecipatório. Parágrafo 2º – O salário de maio de 2016 será resultante da aplicação do percentual de reajuste de 9% (nove por cento) calculado sobre o salário de março de 2015. Parágrafo 3º – O salário de julho de 2016 será resultante da aplicação do percentual de reajuste de 11,08% (onze inteiros e oito centésimos de inteiro por cento) calculado sobre o salário de março de 2015. Parágrafo 4º – A diferença salarial retroativa a 1º de março de 2016 relativa a aplicação do índice de reajuste previsto no caput desta cláusula deverá ser paga aos professores juntamente com o salário de maio de 2016. Parágrafo 5º – O salário de julho de 2016 constituirá a base de cálculo para a data-base de 2017. Parágrafo 6º – Juntamente com o pagamento dos salários de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016, será pago um abono mensal em quantia equivalente a 3,58% (três inteiros e cinquenta e oito centésimos de inteiro por cento) do salário de março de 2016, tal como reajustado segundo os padrões referidos no caput e no parágrafo 1º desta cláusula. Parágrafo 7º – O empregador que tenha antecipado reajuste em condições mais favoráveis do que as previstas nesta cláusula poderá compensá-lo(s) no cômputo do abono. Parágrafo 8º – Os abonos previstos para o salário dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro não integrarão a base de cálculo de férias e gratificação natalina (13º salário) e demais incidências legais; **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS:** O salário será pago, impreterivelmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. § 1º – Findo esse prazo, será devida ao docente uma multa de 0,5% (cinquenta centésimos de inteiro) ao dia, por dia de atraso, até o 6º (sexto) dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa terá valor fixo equivalente a 5% (cinco por cento), na hipótese do empregador pela primeira vez ter descumprido cláusula de Acordos Coletivos, e equivalente a 10% (dez por cento) quando reincidente, acrescidas da correção mensal baseada na variação do IGPM/FGV, calculadas em qualquer das hipóteses, sobre o montante devido até o efetivo cumprimento. § 2º – O atraso no pagamento de salários implicará, além da multa prevista no § 1º, a correção mensal dos valores, com base na variação mensal do IGPM/FGV, calculadas sobre o montante devido até o efetivo pagamento. § 3º – As disciplinas realizadas em regime especial de tutoria deverão ter seu pagamento efetuado mensalmente a partir do momento em que iniciar a sua oferta; **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO EM REDE BANCÁRIA:** As entidades Mantenedoras efetuarão o pagamento dos salários de seus docentes através de agência bancária, mediante depósito em conta individual de cada professor, havendo agência ou posto bancário na localidade; **CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO DO RECESSO LETIVO:** É assegurado a todo docente o pagamento dos salários no período de recesso letivo. § 1º – As aulas ministradas nesse período serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora-aula normal, ressalvadas as imposições legais e a hipótese da alínea "a" da cláusula do contrato por tempo determinado. § 2º – Em caso de cursos especiais (cursos de férias e intensivos), não será devido o acréscimo previsto no parágrafo anterior; **CLÁUSULA OITAVA - ELABORAÇÃO DE APOSTILAS:** É obrigatório o pagamento suplementar, mediante prévio acordo entre o professor e a entidade Mantenedora, sempre que este solicitar ao empregado a elaboração de apostila(s) em horário não contratual; **CLÁUSULA NONA - ISONOMIA SALARIAL:** Nenhuma entidade Mantenedora poderá, sob qualquer justificativa, contratar docente com salário inferior ao do professor de menor tempo de serviço no mesmo estabelecimento, considerando-se o nível em que atue, ressalvadas as vantagens pessoais; **CLÁUSULA DÉCIMA - ADESÃO EXPRESSA DAS INSTITUIÇÕES À LEI 10.820/03:** As entidades Mantenedoras deverão firmar o documento bancário necessário para a efetivação dos empréstimos desejados por seus docentes, nos termos da Lei 10.820/03; **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO:** Além dos descontos legais e os previstos no presente clausulamento, o empregador poderá efetuar outros descontos – Uniodonto, Unimed e Sinpro/RS Previdência (firmado pelo Sinpro/RS) – em folha de pagamento, desde que expressa e individualmente autorizados pelo empregado; **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REUNIÕES DE DEPARTAMENTO:** As reuniões de departamento com finalidade pedagógico-administrativa, convocadas pela entidade Mantenedora, quando não incluídas na jornada semanal do professor não contratado por tempo

contínuo, serão remuneradas em separado, à base do salário hora normal, salvo se já previstas na carga horária contratada. Parágrafo Único – A remuneração prevista no caput não se aplica às instituições que já tenham normas internas ou planos de carreira que contemplem o pagamento dessas reuniões;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AULAS MINISTRADAS FORA DA UNIDADE DE LOTAÇÃO: Fica assegurado aos docentes que ministram aulas em cursos ofertados em local distante, pelo menos, 25 (vinte e cinco) quilômetros do limite do município-sede de sua lotação, desde que não seja o município de sua moradia, o ressarcimento de despesas decorrentes de deslocamento, alimentação e hospedagem, dentro dos parâmetros fixados pelas respectivas instituições, mediante apresentação de notas fiscais, caso a instituição não mantenha serviços próprios ou convênios específicos com hotéis, restaurantes ou serviços de transporte. § 1º – Para efeitos desta cláusula, cada docente deverá ser lotado em apenas 1 (um/uma) centro/campus/unidade da entidade Mantenedora. § 2º – Quando a jornada do professor estender-se por mais de um turno, os custos de alimentação serão ressarcidos pela entidade Mantenedora. § 3º – Quando a jornada do professor estender-se por mais de 1 (um) dia ou quando impossibilitado o seu retorno no mesmo dia, também os custos de hospedagem serão ressarcidos pela entidade Mantenedora. § 4º – Se o professor, em virtude de transferência consensual, deixar de se enquadrar na hipótese geral prevista no caput, até mesmo por simples decorrência da mudança de lotação, deixará de ser ressarcido das despesas ali mencionadas. § 5º – O professor será sempre reembolsado dos pedágios que tenha pago em virtude de sua atuação docente em prol da instituição, independentemente dos critérios estipulados no caput da cláusula;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO DE HORAS IN ITINERE: Fica assegurado o pagamento do tempo de deslocamento aos docentes do ensino superior dos cursos de graduação, incluídas as atividades de extensão, que atuarem em cursos ofertados em local distante, pelo menos, 25 (vinte e cinco) quilômetros da sede da instituição de ensino em que o docente esteja lotado, desde que esse local não seja o município em que mantenha residência, sem prejuízo do ressarcimento de despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem. § 1º – A hora in itinere será paga pelo valor correspondente a 1/3 (um terço) do valor-hora efetivo do professor. § 2º – Entende-se por valor-hora efetivo, para os efeitos remuneratórios aqui previstos, o valor da hora-aula acrescido do repouso semanal remunerado, adicional por tempo de serviço (ATS) e adicional por aprimoramento acadêmico, com reflexos em férias acrescidas de 1/3 e 13º salário, excluídas eventuais quantias correspondentes a tempo de planejamento, preparação e/ou parcelas de natureza similar. § 3º – Quando a viagem exceder o horário das 22 horas será devido o correspondente adicional noturno. § 4º – Para efeitos remuneratórios, o tempo de percurso será calculado na proporção de 60 (sessenta) minutos para cada 80 (oitenta) quilômetros de deslocamento e respectivas frações, observada a hora-relógio como critério de apuração e pagamento. § 5º – Se o empregador já paga horas in itinere em quantia superior, deverá mantê-la em favor dos atuais contratados, podendo, contudo, aplicar o padrão remuneratório previsto no § 1º em relação aos novos contratados, sem que isso lhes gere crédito por efeito de isonomia ou de equiparação. § 6º – O empregador que já esteja pagando horas in itinere sob outra denominação poderá mantê-la, desde que observado o patamar mínimo previsto nesta cláusula, ou utilizar a denominação aqui prevista, sem que isso configure duplo fato gerador de ônus trabalhista;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ESTÁGIOS: As entidades Mantenedoras pagarão as despesas com o transporte do professor havidas em razão de trabalho de supervisão de estagiários, mediante apresentação dos respectivos comprovantes;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: No âmbito da graduação, o professor não contratado sob regime de tempo contínuo receberá, no mínimo, o equivalente a 1/2 (meia) hora-aula por semana por orientando que estiver sob sua orientação, acrescida da correspondente remuneração do repouso. Parágrafo Único – A remuneração prevista no caput não será cumulativa com eventual remuneração similar já praticada pela entidade Mantenedora e não implicará acréscimo de carga horária;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO: Fica assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do 13º salário até o dia 5 (cinco) de agosto de 2016, excepcionalmente com base na remuneração devida no mês de junho de 2016, independentemente de solicitação do professor, devendo a parcela restante ser paga até o dia 15 (quinze) de dezembro de 2016. § 1º – A antecipação da primeira parcela prevista no caput substitui a vantagem assegurada pelo art. 2º da Lei 4.749/65. § 2º – Findo esse prazo, será devida, ao docente,

uma multa de 0,5% (cinquenta centésimos de inteiro) ao dia, por dia de atraso, até o 6º (sexto) dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa terá valor fixo equivalente a 5% (cinco por cento), na hipótese do empregador pela primeira vez ter descumprido cláusula de Acordos Coletivos, e equivalente a 10% (dez por cento) quando reincidente, acrescidas da correção mensal baseada na variação do IGPM/FGV, calculadas em qualquer das hipóteses, sobre o montante devido até o efetivo cumprimento. § 3º – Os descumprimentos previstos na presente cláusula implicarão, além da multa prevista no § 2º, a correção dos valores, com base na variação mensal do IGP-M/FGV, calculada sobre o montante devido, até o efetivo pagamento; **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS:** O período de trabalho que exceder a carga horária contratual semanal será pago conforme as seguintes hipóteses e percentuais: I - adicional de hora extra de 50% além da hora-aula normal: a) as duas primeiras horas semanais excedentes à carga horária contratual; b) os períodos destinados a reuniões pedagógicas sistemáticas não incluídas na carga horária contratual do professor. II - pagamento pelo valor da hora-aula normal: a) atividades esportivas; b) passeios; c) festividades; d) saídas a campo; e) substituição provisória eventual; f) atividades pedagógicas eventuais destinadas a projetos ou capacitação docente; g) convites - quando o professor é convidado para atividades pedagógicas, excetuadas as atividades meramente sociais e religiosas; h) períodos que decorram de desdobramentos de turmas, de orientação de monografias, de trabalhos de conclusão de curso ou de supervisão de estágios. III - adicional de 100% além da hora-aula normal em todas as demais hipóteses não previstas nos incisos I e II supra. § 1º – Os empregadores poderão diluir a carga horária das reuniões que tenham periodicidade quinzenal ou mensal na carga horária contratual semanal do professor. § 2º – A substituição provisória prevista no caput será entendida como aquela destinada a suprir aulas de professor ausente, condicionada, em qualquer hipótese, à anuência do professor que fará a substituição; **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PASSEIOS, FESTIVIDADES E ATIVIDADES ESPORTIVAS:** As horas de passeios, festividades e atividades esportivas citadas no inciso II da Cláusula 18 serão computadas independentemente do número de horas trabalhadas, respeitando-se o seguinte critério de pagamento mínimo, ressalvadas as situações mais benéficas: a) quando realizadas de segundas-feiras a sábados, em instituição com aulas regulares nesses dias, serão pagas conforme o número de períodos correspondentes ao(s) turno(s) envolvido(s), sendo descontáveis as horas coincidentes já inclusas na carga horária contratual; b) quando realizadas aos sábados, em instituição que não tenha aulas regulares nesse dia, como também em domingos e feriados, contar-se-ão 5 (cinco) horas-aula para cada turno envolvido; c) quando o passeio, a festividade ou a atividade esportiva estender-se pelo período noturno, que, para exclusivo efeito desse cômputo e do respectivo pagamento, inicia a partir das 19h, o professor receberá as horas noturnas que se acrescerem, observado o limite remuneratório de 5 (cinco) horas-aula, aplicável, inclusive, quando houver pernoite. **Parágrafo Único –** O empregador poderá descontar, nos casos previstos nas alíneas "a" e "b", a carga horária relativa ao dia e turno de trabalho coincidentes com o dia de passeio ou festividade do total de horas a serem pagas; **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO:** Todo professor terá direito a um adicional por tempo de serviço equivalente a 3% (três por cento) do seu salário-base mensal para cada 4 (quatro) anos trabalhados na mesma unidade de ensino, observado o limite de 20% (vinte por cento) de adicional, independentemente do número de quadriênios. § 1º – Ao professor que já tenha completado quadriênio (s) até 30 de abril de 2006 inclusive, será garantido adicional à base de 4% (quatro por cento) por quadriênio já completado, passando a se inserir, após esta data, no regime previsto no caput da cláusula. § 2º – Será respeitado o direito que o professor já tenha porventura adquirido até 28 de fevereiro de 2003 ao cômputo de mais de 5 (cinco) quadriênios; **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ADICIONAL NOTURNO:** O professor fará jus à percepção de adicional noturno, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da hora aula diurna, quando a aula ultrapassar o horário das 22 horas; **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE APRIMORAMENTO ACADÊMICO:** As entidades Mantenedoras com ensino superior estarão obrigadas a pagar aos seus docentes um adicional por titulação, incidente sobre o valor da hora-aula básica contratada, acrescida do repouso semanal remunerado e consideradas as 4,5 semanas a que alude o § 1º do art. 320 da CLT, nos seguintes percentuais, compensados os adicionais já pagos a mesmo título em razão de plano de carreira ou plano de cargos e salários já existente: a) mestrado – 10% (dez por cento); b) doutorado – 15% (quinze por

cento). § 1º – A titulação deverá corresponder à área de atuação específica do professor. § 2º – O pagamento dos referidos percentuais está condicionado à apresentação do respectivo diploma ou certificado, no caso de ter sido expedido por instituição estrangeira, do seu reconhecimento pela instituição empregadora ou pelo órgão federal competente. § 3º – Em qualquer hipótese, será devido o percentual maior, não sendo os mesmos cumulativos; **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DESCONTO EM PÓS-GRADUAÇÃO:** Será concedido um desconto de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor dos cursos para os docentes que cursarem pós-graduação ou extensão na própria instituição em que trabalham e na sua área de atuação. Para isso, a instituição oferecerá, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas, garantindo, sempre, o mínimo de 2 (duas) vagas; **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PLANO DE SAÚDE:** As entidades Mantenedoras deverão oferecer, à opção de seus professores, plano de saúde que garanta atendimento básico em consultas com médicos especializados e exames diagnósticos (todos constantes da tabela da AMB), atendimento de pronto socorro e atendimento fisiátrico, correspondente ao plano básico oferecido no mercado. § 1º – As entidades Mantenedoras pagarão valor correspondente a 2% (dois por cento) do plano por hora-aula da carga horária contratual semanal até atingir, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dessa mensalidade. § 2º – O pagamento da respectiva taxa de inscrição obedecerá aos mesmos critérios estabelecidos no parágrafo anterior. § 3º – A adesão ao plano implicará expressa autorização do professor para que se efetue o desconto em folha de pagamento da parcela de custeio que lhe corresponder. § 4º – Caberá as entidades Mantenedoras a escolha da prestadora de serviço, podendo a cláusula ser executada, também, mediante ingresso dos professores no plano de saúde oferecido pelo Sinpro/RS, hipótese na qual se observará o seguinte: a) se a entidade Mantenedora tiver plano de saúde, contribuirá para o plano do Sinpro/RS com base no critério estipulado no § 1º. supra, tendo por base o preço do seu plano; b) se a entidade Mantenedora não tiver plano de saúde, contribuirá para o plano do Sinpro/RS igualmente com base no critério estipulado neste § 1º., porém, tendo por base o preço do plano do Sinpro/RS. § 5º – O plano de saúde deverá isentar o empregado do pagamento de taxa de participação nas consultas. § 6º – A opção pelo plano de saúde do Sinpro/RS não estará condicionada à sindicalização do professor. § 7º – O Sinpro/RS obriga-se a acolher em seu plano de saúde os trabalhadores em administração escolar que manifestarem o desejo de nele ingressar, hipótese na qual será observado o critério de contribuição e desconto a que alude a alínea "b" do § 4º desta cláusula. § 8º – A entidade Mantenedora poderá, a qualquer momento, contratar plano de saúde próprio, mesmo já tendo encaminhado seus professores e/ou demais trabalhadores ao plano de saúde do Sinpro/RS, hipótese na qual será aplicável o critério previsto na alínea "a" do § 4º desta cláusula. § 9º – As entidades Mantenedoras que já conveniaram a participação no plano de saúde do Sinpro/RS estarão obrigadas aos pagamentos previstos no § 4º e suas alíneas "a" e "b". § 10º – A vantagem representada pelo ingresso facultativo em plano de saúde não configurará salário in natura nem salário-de-contribuição para fins previdenciários. § 11º - Será criada uma comissão paritária, durante o ano de 2015, para analisar a necessidade de adequações nesta Cláusula; **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REEMBOLSO-CRECHE:** Os estabelecimentos de ensino que não dispuserem de creche em suas dependências reembolsarão ao (à) professor(a) os gastos por ele efetuados em creches, para filhos até 4(quatro) anos de idade, a partir de 1º de março de 2016 no valor de R\$ 235,20(duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) para o professor(a) com carga horária de 30(trinta) horas semanais. Ao (à) professor (a) com carga horária inferior será devido um reembolso proporcional à sua carga horária. Parágrafo 1º - fica assegurado ao (à) professor (a) a manutenção do referido reembolso até o último mês do semestre em que o (s) filho (s) tenha (m) completado 4 (quatro) anos de idade. Parágrafo 2º - Na hipótese de ambos os pais ou responsáveis legais da criança serem contratados no mesmo estabelecimento de ensino, somente um deles terá direito ao reembolso; **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANOTAÇÕES NA CTPS:** Serão anotados na CTPS o nível e/ou a modalidade de ensino em que leciona o professor, o valor da hora-aula e as cargas horárias inicial e final. Parágrafo Único – As mudanças de carga horária, com exceção da última, somente serão anotadas se o professor vier a solicitá-la por escrito; **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR:** As entidades Mantenedoras de Educação Superior somente poderão admitir professores mediante publicação de edital contendo o número de vagas e os critérios de seleção. § 1º – O professor que pedir

demissão no transcorrer do mês de janeiro fará jus ao pagamento de aviso prévio de 30 (trinta) dias. § 2º – A entidade Mantenedora que precisar preencher vaga de professor demissionário ou licenciado (inclusive gestante) no transcorrer do semestre letivo não estará submetido ao estabelecido no caput;

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS: O pagamento das verbas rescisórias deverá ser feito até o primeiro dia útil subsequente ao término do contrato ou, nas hipóteses de ausência de aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento, até o décimo dia, contado da data de notificação da demissão, sob pena de ser paga ao empregado uma multa diária, equivalente ao salário-dia, sempre que configurada mora do empregador e a quantia for integralmente certa e líquida;

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO: Somente será permitida a contratação de docente por prazo determinado nas hipóteses de: a) de curso de duração máxima de 60 (sessenta) dias úteis, ministrado em caráter extraordinário pelo estabelecimento; b) de substituição de professora gestante ou professor(a) licenciado(a), pelo respectivo período; c) de curso de pós-graduação, hipótese na qual o contrato poderá estender-se por um período máximo de 5 (cinco) meses;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TRANSFERÊNCIA DE DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR: Não poderá o docente ser transferido de disciplina/componente curricular ou turno de trabalho sem o seu consentimento e desde que não resulte em seu prejuízo;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO PARA DEPENDENTES: Fica assegurado desconto nas mensalidades escolares dos dependentes de professores(as) na instituição de ensino em que o mesmo exercer suas funções, na razão dos seguintes percentuais, limites e condições: a) Na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, cursos livres, o desconto devido será proporcional à carga horária contratual semanal do professor, na razão de 4% (quatro por cento) por hora aula, limitado, para 1 (um) dos dependentes, ao percentual máximo de 90% (noventa por cento) e, para os demais, ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade; b) Na Educação Superior, o desconto será exigível para apenas 01 (um) curso de graduação por dependente e limitado a 02 (dois) dependentes, nos percentuais e condições a seguir estabelecidos: b.1 - professor com 1 a 8 horas-aula semanais - 20% de desconto por dependente; b.2 - professor com 9 a 16 horas-aula semanais - 30%; b.3 - professor com 17 a 24 horas-aula semanais - 50%; b.4 - professor com 25 a 32 horas-aula semanais - 60%; b.5 - professor com mais de 32 horas-aula semanais - 80%. § 1º – O desconto de anuidade nos cursos de medicina e odontologia será limitado a 80% dos percentuais estabelecidos na alínea "b" supra, respeitado o critério da carga horária. § 2º – O conceito de dependente, para os efeitos da presente cláusula, é aquele admitido pela legislação do Imposto de Renda. § 3º – Ficam ressalvadas as situações mais favoráveis decorrentes de acordos internos ou de adoção, pela instituição, de critérios mais vantajosos;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE DA GESTANTE: Fica assegurada a estabilidade da gestante no emprego durante todo o período de gravidez até 120 (cento e vinte) dias após o término da licença maternidade, facultando-se ao empregador converter tal estabilidade em indenização do período correspondente. Parágrafo Único – Em caso de demissão, a professora terá o prazo decadencial de 30 (trinta) dias após o término do aviso para comprovar sua gravidez;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE DO APOSENTANDO: Todo professor com 3 (três) anos ou mais de contrato, que estiver, no máximo, a 3 (três) anos da aposentadoria por tempo de contribuição, proporcional ou integral, ou ainda por idade, gozará de estabilidade no emprego e na carga horária até a data da aquisição do direito à aposentadoria. § 1º – O professor que não informar e comprovar, por escrito, a entidade Mantenedora a aquisição do seu direito à estabilidade no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do momento em que adquirir o direito, perderá a garantia instituída nesta cláusula. § 2º – O professor que não requerer a sua aposentadoria no prazo de 90 (noventa) dias a contar do momento em que adquirir o direito perderá a garantia instituída nesta cláusula. § 3º – O professor poderá exercer a prerrogativa que lhe assegura esta cláusula uma única vez. § 4º – Havendo divergência entre o professor e seu empregador quanto à contagem do tempo de contribuição para aquisição do direito aos benefícios mencionados no caput, será concedido um prazo adicional de 30 (trinta) dias para que o professor obtenha documentação oficial hábil para a desejada comprovação;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS: As entidades Mantenedoras fornecerão aos docentes, por meio físico ou eletrônico, cópia do recibo de pagamento do salário, especificando as

verbas que o compõem, o valor da hora-aula, a carga horária, as horas extras, os adicionais, a função, assim como os descontos efetuados. Parágrafo Único – O recibo deverá conter dados que identifiquem o estabelecimento, tais como carimbo do CNPJ e assinatura do diretor ou pessoa credenciada, quando solicitada, a fim de servir de documento comprobatório do salário do docente;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACESSORIA AOS PROFESSORES COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: Os estabelecimentos de ensino que tenham alunos com deficiência deverão manter assessoria específica e identificada junto ao corpo docente para orientar os professores;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO: A remuneração dos docentes será fixada pelo número de aulas semanais, que não poderá ser superior a 40 (quarenta). O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se cada mês constituído de 4,5 (quatro e meia) semanas, acrescentando-lhe 1/6 (um sexto) de seu valor como remuneração do repouso, conforme interpretação do art. 320 da CLT em combinação com a Lei 605/49;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PROFESSORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: As entidades Mantenedoras que ofertam cursos/disciplinas na forma "a distância" remunerarão os docentes que neles atuarem de acordo com as especificidades desta oferta, considerando a elaboração dos materiais, a docência propriamente dita e o atendimento aos alunos. § 1º – Os equipamentos de multimídia utilizados pelos docentes na execução de planos de trabalho devidamente sintonizados com o plano pedagógico da instituição deverão ser por ela disponibilizados. § 2º – O atendimento aos alunos deverá ser, obrigatoriamente, no ambiente da instituição ofertante, sendo proibido o fornecimento para os alunos do telefone e e-mail particular do professor. § 3º – A carga horária de trabalho do professor deverá ser previamente definida pela instituição de ensino. § 4º – O número de professores necessários para o desenvolvimento de um núcleo de trabalho e/ou de uma disciplina deverá ser previamente indicado, admitida, contudo, a sua variação, sempre que necessária para ajustar a oferta com a efetiva demanda. § 5º – Não se inclui no âmbito definitório de "educação a distância" a simples disponibilização de material de apoio pedagógico no site da instituição. § 6º – Nas disciplinas ministradas na forma de Educação a Distância para cursos presenciais os professores terão garantido o pagamento correspondente à mesma carga horária da disciplina ministrada de forma presencial;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - PAGAMENTO DE JANELAS: Os períodos vagos entre as aulas de um mesmo turno (janelas), que ocorram sem solicitação do professor, serão pagos como hora-aula normal e não serão incorporados à carga horária e ao salário contratual. § 1º – Nesses períodos, o professor estará sujeito a tarefas pedagógicas, relacionadas com a sua área. § 2º – No caso dos cursos livres, o professor poderá optar por não permanecer na instituição, no período das janelas, hipótese em que não receberá a correspondente remuneração;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - IRREDUTIBILIDADE DE SALÁRIO E CARGA HORÁRIA: A carga horária do docente e a correspondente remuneração não poderão ser reduzidas unilateralmente pelo empregador, salvo nas hipóteses de: I – alteração curricular devidamente aprovada pelo órgão competente da instituição de ensino; II – supressão de turmas motivada por redução do número de alunos e desde que as turmas remanescentes do mesmo componente curricular ou disciplina tenham, no máximo, 60 (sessenta) alunos; III – término de mandato em função eletiva ou exoneração em função administrativa de confiança; IV – retorno de docente anteriormente licenciado em função de projeto de aprimoramento acadêmico; V – encerramento de projetos extracurriculares por falta de interessados; VI – encerramento de projetos de pesquisa cujos participantes tenham sido escolhidos pelo órgão competente da instituição de ensino, segundo critérios previamente publicados mediante edital; VII – encerramento de projetos de extensão universitária, desde que aprovados pelos órgãos competentes da instituição. § 1º – O professor que tiver sua carga horária reduzida terá assegurado o direito de preferência de recuperá-la, quando vier a ocorrer aumento do número de turmas da mesma disciplina. § 2º – Na hipótese de rescisão contratual, o cálculo das verbas rescisórias dar-se-á com base no salário resultante da maior carga horária do professor, contratada nos últimos 12 (doze) meses. § 3º – O professor cuja disciplina for programada para ser ministrada em apenas 1(um) dos semestres do ano será remunerado ao longo de 1 (um) ano, a contar do início do semestre efetivamente trabalhado, com base em 60% (sessenta por cento) da carga horária dessa disciplina, ressalvadas as situações mais vantajosas já existentes. § 4º – Em caso de rescisão contratual, a vantagem assegurada no § 3º anterior será devida no ato da rescisão contratual. § 5º – Em se tratando de professor de Educação Profissional,

será admitida a suspensão do contrato individual de trabalho pelo período máximo de 6 (seis) meses, desde que confirmada a hipótese de inoccorrência do componente curricular para o qual foi contratado. § 6º – A redução de carga horária do professor por motivo de alteração curricular não poderá superar a redução efetivada no respectivo componente curricular. § 7º – A alteração curricular deverá ser informada, por escrito, ao sindicato profissional até o início do período letivo em que será praticada;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INTERVALO PARA DESCANSO: Após três aulas consecutivas, será obrigatório, para todos professores, um intervalo para descanso com duração mínima de 15 (quinze) minutos, desde que compatível com a estrutura pedagógica da disciplina. § 1º – O intervalo de que trata o caput descaracteriza a consecutividade da aula subsequente. § 2º – Caso o professor exerça atividade nesse período por convocação do empregador, receberá remuneração equivalente ao valor de 1/2 (meia) hora-aula normal. § 3º – O intervalo intrajornada poderá exceder duas horas, e o intervalo entre o término da jornada de um dia e o início da jornada do dia seguinte deverá contemplar, no mínimo, 11 (onze) horas consecutivas. § 4º – O professor poderá concentrar sua carga horária normal contratada ministrando mais de seis aulas diárias em um mesmo estabelecimento;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS POR MOTIVO DE DOENÇA: Serão abonadas, mediante a apresentação de atestado médico, as faltas por motivo de doença do professor (a). Em caso de doença de filho (a), pais e cônjuge que necessite de acompanhamento do professor (pai ou mãe), serão abonadas, mediante atestado médico, até 5 (cinco) faltas por ano;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS POR GALEIA OU LUTO: Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias corridos, as faltas dos docentes por motivo de gala. Por período idêntico, em decorrência de falecimento de pai ou mãe, cônjuge, companheiro (a) ou filho (a), não serão descontadas as faltas dos docentes. Parágrafo Único – Na hipótese de falecimento de avô(ó) e irmã (o), não serão descontadas as faltas compreendidas no período de 2(dois) dias subsequentes ao evento e, no caso de falecimento de tio(a), sogro(a), sobrinho(a) ou cunhado(a), será abonado 1 (um) dia de falta;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DIA DO PROFESSOR: O Dia do Professor será comemorado em 15 de outubro de 2016, data em que não haverá atividade docente, nem compensação das respectivas horas não trabalhadas;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DISPENSA PARA PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS: Mediante livre entendimento com a direção da entidade Mantenedora, o docente poderá ausentar-se do mesmo, sem prejuízo de sua remuneração, para frequentar curso de especialização, simpósios, encontros, congressos ou outros eventos acadêmicos relativos à sua área de trabalho;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO ANTECIPADO DE FÉRIAS: Fica assegurado o pagamento antecipado de férias no prazo máximo de 2 (dois) dias antes do início de seu gozo. § 1º – Findo esse prazo, será devida, ao docente, uma multa de 0,5% (cinquenta centésimos de inteiro) ao dia, por dia de atraso, até o 6º (sexto) dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa terá valor fixo equivalente a 5% (cinco por cento), na hipótese do empregador pela primeira vez ter descumprido cláusula de Acordos Coletivos, e equivalente a 10% (dez por cento) quando reincidente, acrescidas da correção mensal baseada na variação do IGPM/FGV, calculadas em qualquer das hipóteses, sobre o montante devido até o efetivo cumprimento. § 2º – O atraso no pagamento antecipado de férias implicará, além da multa prevista no § 1º, a correção mensal dos valores, com base na variação mensal do IGP-M/FGV, calculadas sobre o montante devido até o efetivo pagamento;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - LICENÇA-PATERNIDADE: O docente terá direito a uma licença remunerada de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de nascimento de seu(sua) filho(a), ou da adoção, independentemente das férias a que tenha direito;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DIREITO À LICENÇA: Após 5 (cinco) anos de ininterrupto exercício do magistério na mesma unidade de ensino, ressalvadas as interrupções previstas em lei, o docente terá direito a uma licença não remunerada para tratar de interesses particulares, com duração de até 2 (dois) anos, prorrogáveis por mútuo entendimento. § 1º – O início e o término da licença deverão coincidir com o início do ano/período letivo. § 2º – Se o professor pretender continuar na unidade, deverá comunicá-lo com antecedência de 6 (seis) meses do final de sua licença. § 3º – O tempo dessa licença não será computado como período aquisitivo de férias, sem prejuízo da contagem do tempo aquisitivo já decorrido até o início da licença;

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AMBIENTE DE TRABALHO: As entidades Mantenedoras, por suas direções, dentro das suas prerrogativas legais, deverão atuar no sentido de prevenir e reprimir

condutas discentes e/ou de pais e demais tomadores de serviços educacionais configuradoras de violência física, psicológica ou moral contra seus professores. Estes, por sua vez, deverão colaborar com as ações necessárias para a eficácia da atuação preconizada pelas direções. § 1º – Direções e professores, observados os parâmetros de suas respectivas atribuições e reservada a iniciativa das direções, buscarão incluir a questão disciplinar dentro dos marcos pedagógicos estabelecidos. § 2º – Os compromissos aqui pactuados não eximem as instituições e os professores da responsabilidade civil que lhes seja atribuível segundo a legislação; **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - SALA DOS PROFESSORES:** Todas as entidades Mantenedoras deverão reservar, pelo menos, 1 (uma) sala de suas dependências para o uso dos professores e funcionários; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - SONORIZAÇÃO DE SALAS DE AULA:** As entidades Mantenedoras disponibilizarão equipamento de ampliação de voz, sempre que o número de alunos atendidos pelos professores exceder 60 (sessenta) alunos. Parágrafo Único – A utilização desse equipamento far-se-á mediante agendamento; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - PRIMEIROS SOCORROS E REMOÇÃO:** As entidades Mantenedoras deverão manter medicamentos de primeiros socorros no local de trabalho e, em caso de urgência, providenciar por sua conta a remoção imediata do acidentado do local de trabalho, para atendimento médico hospitalar, desde que essa possa ser feita no perímetro urbano e por via rodoviária; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - OFICINA DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS:** As entidades Mantenedoras realizarão, anualmente, oficinas ou palestras específicas, direcionadas aos cuidados com a saúde e prevenção de doenças, com participação de profissionais habilitados. Parágrafo Único – As entidades Mantenedoras poderão realizar o previsto no caput durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat); **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO:** É assegurado o acesso dos dirigentes sindicais do Sinpro/RS à sala dos professores da instituição, mediante prévia autorização. Na hipótese de realização de assembleias dos docentes, quando realizadas em unidade da entidade Mantenedora, fica assegurado o acesso dos dirigentes do Sinpro/RS, independentemente de permissão da direção; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DELEGADO SINDICAL:** Fica assegurada a existência de 1 (um) delegado sindical por estabelecimento, com mandato e 1 (um) ano, eleito por seus pares em assembleia convocada para esse fim; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ASSEMBLEIAS GERAIS DO SINDICATO:** As entidades Mantenedoras concederão dispensa remunerada para o comparecimento dos docentes às assembleias gerais do Sinpro/RS, convocadas por edital, publicado em jornal de circulação estadual, quando as mesmas se realizarem no turno da manhã de sábados. Quando se realizarem aos sábados à tarde, haverá liberação de professores do interior, no turno da manhã. Parágrafo Único – Essa dispensa estará condicionada à comprovação de comparecimento expedida pelo sindicato profissional; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - SALÁRIO DOS DIRIGENTES SINDICAIS:** Os salários dos dirigentes sindicais, quando estes tenham sido requisitados pelo Sinpro/RS, continuarão sendo pagos pela entidade Mantenedora, que será ressarcido pelo Sinpro/RS, inclusive os encargos sociais, férias, 13º salário e demais incidências legais, até 5 (cinco) dias após a comunicação do pagamento de seus respectivos valores. Parágrafo Único – Findo esse prazo, será devida a entidade Mantenedora uma multa de 0,5% (cinquenta centésimos de inteiro) ao dia por dia de atraso até o 6º (sexto) dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa devida terá valor fixo equivalente a 5% (cinco por cento) ao dia, na hipótese do Sindicato Profissional pela primeira vez ter descumprido cláusula de Acordos Coletivos, e equivalente a 10% (dez por cento) quando reincidente, e correção pela variação mensal do IGP-M/FGV, calculadas, em qualquer das hipóteses, sobre o montante, até o efetivo pagamento; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL AO SINPRO/RS:** Conforme decisão da assembleia geral realizada em novembro/dezembro de 2015 em todos os municípios que abrigam regionais do Sinpro/RS, bem como na sede estadual em Porto Alegre e ratificação da assembleia de junho de 2016, as instituições de ensino descontarão, de todos os professores empregados, associados ou não ao Sinpro/RS, em favor deste, na folha de pagamento do mês de maio de 2016, 3,5% (três inteiros e cinquenta centésimos de inteiro por cento), da remuneração de todos os professores empregados. § 1º – Os estabelecimentos de ensino recolherão tais valores ao Sinpro/RS em até 5 (cinco) dias úteis subsequentes à efetivação do desconto. § 2º – Os estabelecimentos de ensino enviarão ao Sinpro/RS cópia das guias de recolhimento das contribuições

sindical e assistencial. § 3º – O recolhimento intempestivo acarretará a multa de 0,5% (cinquenta centésimos de inteiro) ao dia, até o 6º dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa devida terá valor fixo equivalente a 5% (cinco por cento), na hipótese de a instituição pela primeira vez ter descumprido cláusula de Convenções Coletivas, e equivalente a 10% (dez por cento) quando reincidente, acrescidas da correção mensal pela variação do IGP-M/FGV, calculadas, em qualquer das hipóteses, sobre o montante até o efetivo pagamento; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS:** Na Capital e nos municípios-sede das Regionais do Sinpro/RS, por este expressamente credenciadas, será obrigatória a assistência do Sinpro/RS nas rescisões contratuais, inclusive quando as mesmas forem de iniciativa do empregado, independentemente do tempo de serviço na instituição; **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - RELAÇÃO DO QUADRO DOCENTE:** Fica estabelecida a obrigatoriedade das entidades Mantenedoras remeterem ao Sinpro/RS, até 60 (sessenta) dias após a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho, a relação dos integrantes de seu quadro docente, devidamente assinada por seu representante legal, e onde conste o nome de cada professor em ordem alfabética, data de admissão, carga horária, endereço residencial, número e série da CTPS; **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DESCONTO DAS MENSALIDADE:** As entidades Mantenedoras obrigam-se a descontar em folha de pagamento as mensalidades dos professores sindicalizados, conforme autorização anexa à ficha de sindicalizado do Sinpro/RS. § 1º – Os respectivos valores serão repassados ao Sindicato Profissional acompanhados da listagem de contribuintes até o 5º (quinto) dia útil após a efetivação do desconto, sob pena de multa de 0,5% (cinquenta centésimos de inteiro) ao dia, até o 6º (sexto) dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa devida terá valor fixo equivalente a 5% (cinco por cento), na hipótese do empregador pela primeira vez ter descumprido cláusula de Acordos Coletivos, e equivalente a 10% (dez por cento) quando reincidente, e correção pela variação mensal do IGP-M/FGV, calculadas, em qualquer das hipóteses, sobre o montante até o efetivo pagamento. § 2º – As entidades Mantenedoras igualmente procederão ao desconto, em folha de pagamento, das mensalidades dos professores associados a Centro, Grêmio ou Associação de Docentes da Instituição, com prévia autorização do professor; **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA – DIREITO AO DESCANSO:** Em domingos e feriados, fica vedado ao empregador o envio de solicitação de tarefas empregatícias. Parágrafo Único – Cada descumprimento do estabelecido no caput ensejará o pagamento de 2 (duas) horas-extras para o professor demandado; **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA – MULTA:** Ocorrendo descumprimento de obrigação de pagar prevista em lei ou neste Acordo Coletivo, para cujo descumprimento não esteja prevista cominação específica, o infrator pagará ao prejudicado uma multa de 0,5% (cinquenta centésimos de inteiro) ao dia até o 6º (sexto) dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa terá valor fixo equivalente a 5% (cinco por cento), na hipótese do empregador pela primeira vez ter descumprido cláusula de Acordos Coletivos, e equivalente a 10% (dez por cento) quando reincidente, acrescidas da correção mensal baseada na variação do IGPM/FGV, calculadas em qualquer das duas hipóteses, sobre o montante devido até o efetivo cumprimento. § 1º – Em relação às obrigações de fazer, previstas em lei ou neste Acordo, após 10 (dez) dias contados da notificação da irregularidade, o infrator pagará ao prejudicado, a título de multa, o valor equivalente a 1/6 (um sexto) da remuneração mensal deste, acrescido de mais 10% (dez por cento) de multa até o efetivo cumprimento, ressalvada a hipótese prevista no caput. § 2º – Na hipótese de extinção do IGP-M/FGV, será adotado para efeito deste acordo o indexador que vier a substituí-lo ou outro que venha a ser acordado pelas partes; **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - NEGOCIAÇÃO PRÉVIA:** Os acordantes assumem o compromisso de previamente esgotarem processo negocial, a ser devidamente documentado mediante atas das respectivas reuniões, sempre que surgirem divergências na interpretação das cláusulas deste Acordo ou de outras questões atinentes às relações de trabalho, tenham ou não sido focadas nas pautas da negociação que antecedeu o presente Acordo, desde que tais divergências possam ter repercussão geral em qualquer das duas categorias. § 1º – O processo negocial poderá ser instalado por provocação de qualquer das partes e poderá ser recusado pela parte que entender inexistente a eventualidade de repercussão geral a que alude o caput. § 2º – A ocorrência de negociação intersindical ou mesmo o eventual consenso dos acordantes em sugerir determinada solução não obrigará quem esteja diretamente envolvido na disputa (docentes e instituições) a sustar ou modificar seu processo decisório; **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DA ABRANGÊNCIA:** O presente Acordo Coletivo aplica-se às

relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre os professores empregados em unidades de Educação Superior e seus respectivos empregadores, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com exceção dos municípios de Caxias do Sul e Ijuí. Nada mais havendo a tratar sobre o assunto, passou-se então ao segundo ponto de pauta. **2-Ratificação do percentual e definição do mês da contribuição assistencial.** O professor Amarildo Cenci, apresentou a proposta para ratificação do desconto da contribuição assistencial, para que as Instituições relacionadas no edital, descontem, em favor do Sinpro/RS, na folha de pagamento do mês de **julho de 2016**, o valor equivalente a **3,5%** da remuneração de todos os professores empregados, associados ou não ao Sinpro/RS, lembrou ainda que o Sindicato já está devolvendo o imposto sindical aos professores sócios, também aos que se sindicalizarem até o dia 30 de setembro/2016 receberão a devolução do percentual do imposto sindical que é recolhido no mês de março para o Sindicato. O professor Marcos Fuhr, citou a súmula do TRT4 que reconheceu em sessão realizada dia 20/maio/2016 as contribuições sindicais assistenciais a serem pagas por toda a categoria e não somente pelos associados a um sindicato. O professor Marcos registrou que as Instituições que praticaram o desconto da assistencial no mês de maio/2016, o fizeram a revelia do Sindicato que solicitou que aguardassem a ratificação da presente assembleia, para que o desconto se desse em julho/2016 e a integralização do percentual de reajuste de 9% fosse aplicado em junho/2016 e citou, dentre os estabelecimentos que se tem conhecimento que praticou o desconto, a Unisc. Após a apresentação o professor Amarildo Cenci passou a palavra a Plenário. Após as manifestações e esclarecimentos, não havendo divergências, submeteu à votação dos presentes que por unanimidade, ratificaram a proposta inicial apresentada, sem alterações. Passou-se então ao terceiro e último ponto de pauta. **3-Assuntos Gerais. a) Políticas para Educação Superior:** O professor Amarildo falou da importância do acompanhamento das políticas junto ao MEC para a Educação Superior no segmento das Comunitárias; com um olhar mais atento e crítico, que o novo Ministro da Educação Sr. Mendonça Filho, durante sua gestão como Deputado foi contra as quotas, contra o Fies, e entrou com ação na justiça contra o Prouni, escalou impostos estratégicos no MEC ao segmento mercantil; também sobre a intenção clara de cortar as verbas do Pré-sal para a educação; que poderão ser revistas exigências de qualidade existentes para acompanhar minimamente uma fiscalização e denúncias mais objetivas contra as Instituições que oferecem serviços a qualquer preço com promessa de certificação em contrapartida as Comunitárias prestam um serviço de qualidade com maior liberdade de trabalho, que desenvolve relações com as comunidades que estão acima do referencial de qualidade. O professor Marcos reforçou a importância da realização de um Seminário específico sobre as questões que envolvem as Instituições Comunitárias, também do compromisso de participação dos presentes e que estes convidem os colegas a participarem, evento que será organizado pelo Sinpro/RS e devidamente divulgado pelo Sinpro/RS no segundo semestre de 2016. O professor Marcos concluiu sobre a matéria que inaugurou a TV do Sinpro/RS a ECTV – Extra Classe, referente a mercantilização do Ensino e que na próxima semana será lançada outra matéria sobre o assunto. **b) Escola Sem Partido:** A professora Sandra Balbê de Freitas, Diretora de Administração e Assuntos Jurídicos da Regional Sinpro/RS Santo Ângelo, registrou que o Sindicato precisa retomar a discussão sobre o assunto que está ganhando força no meio educacional o quem tem chamado a atenção dos professores para discutir o assunto; falou que tem trabalhado o assunto em sala de aula que uma das pautas do Ministério da educação é fazer acontecer a Escola Sem Partido que pretende neutralizar os professores para que não discutam inclusive, questões de gênero, de inclusão ou a cultura afro, se preocupa com a maneira gradativa com que o governo está retirando questões da educação. A professora Sandra reforçou a importância da manutenção da discussão sobre o assunto para que não sejam surpreendidos com iniciativas ou deliberações desse projeto. O professor Cesar Filomena do IPA reforçou que o assunto trazido pela professora Sandra é muito mais relevante do que parece, que não se restringe a educação superior, que transita pela educação infantil e educação básica e ensino médio; que a *Escola Sem Partido* não é uma bandeira de fácil assimilação pela sociedade; falou que se forem avaliados os livros didáticos entre o que existia nos anos 80 e do que existe hoje, será verificada uma compreensão completamente diferente de sociedade, que está havendo um retrocesso que atingirá a todos de maneira profunda, falou que o professor tem importância no enfrentamento dessas questões e que ainda é autoridade perante os alunos, que associar a discussão a posição partidária, distancia do

